



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



ACT Nº 2/2008. P.F. 20.107/2007.

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério da Justiça, objetivando a coleta de dados biométricos dos eleitores com o fim de atualização do Cadastro Nacional de Eleitores.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, inscrito no CNPJ sob o nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado TSE, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, cédula de identidade nº 1.978.240-IFP e CPF nº 012.369.627-53, e o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0001-36, doravante denominado MJ, neste ato representado por seu titular, Ministro Tarso Fernando Herz Genro, cédula de identidade nº 1.000.567.287-SSP/RS e CPF nº 044.693.210-87, de acordo com a Lei nº 7.444/85 e as Resoluções - TSE nºs 22.688/2008 e 21.538/2003, art. 29, § 3º, alínea c, resolvem celebrar o presente acordo de cooperação técnica, que se regerá pelo disposto nas seguintes cláusulas:

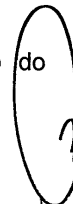
CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto deste acordo a coleta de dados biométricos - impressão digital dos dez dedos e fotografia - dos eleitores com o fim de atualização do Cadastro Nacional de Eleitores.


Parágrafo primeiro – Inicialmente serão coletados os dados biométricos dos eleitores dos municípios de Fátima do Sul/MS, Colorado do Oeste/RO e São João Batista/SC, conforme o estabelecido na Resolução – TSE nº 22.688/2008.

Parágrafo segundo – Não será permitida qualquer cópia, transferência ou aquisição dos dados biométricos coletados sem a autorização da Justiça Eleitoral.

CLÁUSULA SEGUNDA – Para a operacionalização do objeto deste acordo, os partícipes comprometem-se a:

I – pelo MJ:



- 
- a) definir, por meio do Instituto Nacional de Identificação da Diretoria Técnico-Científica do Departamento de Polícia Federal – INI/DITEC/DPF/MJ, em conjunto com o TSE, os padrões, metodologias e especificações técnicas para os procedimentos de coleta e armazenamento dos dados biométricos;
  - b) certificar e homologar os equipamentos e os processos de cadastramento da biometria;
  - c) capacitar os servidores da Justiça Eleitoral envolvidos no projeto;
  - d) ceder servidores, equipamentos e *softwares* necessários à execução do objeto deste acordo;
  - e) realizar quaisquer outras atividades, em área da própria competência, necessárias ao bom andamento do presente objeto.

II – pelo TSE:

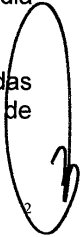
- a) definir planos de metas para o desenvolvimento e execução da coleta de dados biométricos dos eleitores;
- b) dispor do apoio técnico necessário à execução do estabelecido no plano de metas, tais como servidores especializados, materiais e equipamentos;
- c) coordenar a execução de todas as atividades do projeto;

CLÁUSULA TERCEIRA – O TSE repassará os dados biométricos colhidos acompanhados por dados biográficos (nome, filiação, data de nascimento e sexo) ao INI/DITEC/DPF/MJ que, por sua vez, procederá ao processamento automático das impressões digitais por meio da tecnologia AFIS – *Automated Fingerprint Identification System* e, caso necessário, submeterá ao crivo de Papiloscopistas Policiais Federais, com vistas à identificação de eventual duplicidade de registros eleitorais.

Parágrafo primeiro– O INI/DITEC/DPF/MJ encaminhará ao TSE as possíveis ocorrências.

Parágrafo segundo - Com relação aos municípios de Fátima do Sul/MS, Colorado do Oeste/RO e São João Batista/SC, o TSE enviará os dados ao INI/DITEC/DPF/MJ após a data definida para o fechamento do Cadastro Nacional de Eleitores em 2008. O INI/DITEC/DPF/MJ encaminhará ao TSE as ocorrências detectadas até o dia 31 de maio de 2008.

CLÁUSULA QUARTA – O MJ resguardará o sigilo das informações de caráter personalizado constantes do Cadastro Nacional de Eleitores repassadas pelo TSE.



CLÁUSULA QUINTA – O presente acordo não envolve transferência de recursos, não gerando obrigações de repasse ou ressarcimento de despesas para os partícipes.



Parágrafo único – O MJ arcará com os custos do transporte dos seus servidores e equipamentos, cabendo ao TSE o pagamento das despesas com as diárias dos servidores do MJ envolvidos na execução do objeto do acordo.

CLÁUSULA SEXTA - O MJ providenciará a publicação do extrato deste acordo no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SÉTIMA - Dada sua natureza técnica e meramente cooperativa entre órgãos públicos, o presente acordo não se inclui entre aqueles sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – O prazo de vigência deste acordo é de 12 meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Este acordo, à exceção do seu objeto, poderá ser alterado por meio de termo aditivo ou denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, por meio de comunicação escrita enviada com antecedência mínima de trinta dias, observado o término de eventual atividade em andamento, ou por inadimplência de qualquer de suas cláusulas, resguardados os direitos e as responsabilidades oriundas da execução do avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Eventuais omissões, dúvidas e controvérsias serão solucionadas mediante entendimento entre os partícipes e formalizadas por meio de termo aditivo.

E assim acordados, os partícipes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Brasília, 19 de fevereiro de 2008.

  
Ministro MARCO AURÉLIO MENDES  
DE FARIAS MELLO  
Tribunal Superior Eleitoral

  
Ministro TARSO FERNANDO  
HERZ GENRO  
Ministério da Justiça

##ATOEXTRATO DE ACORDO

##TEXAcordo de Cooperação Técnica, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério da Justiça. OBJETO: coleta de dados biométricos dos eleitores com fim de atualização do Cadastro Nacional de Eleitores. ASSINATURA: 19.02.2008. ASSINAM: Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, pelo TSE; Ministro Tarso Fernando Herz, pelo Ministério da Justiça. PA n.º 20.107/2007.

